Estado de São Paulo

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - C. P. 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000 CNPJ: 45.351.749/0001-11

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2023

SUBANEXO 1.11 PROJETO BÁSICO MATRIZ DE RISCOS DO CONTRATO DE CONCESSÃO



Estado de São Paulo

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - C. P. 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000 CNPJ: 45.351.749/0001-11

As delegações de serviços públicos no Brasil, nos termos do art. 23 da Lei nº 8.987/1995, denominada Lei das Concessões (BRASIL, 1995), são instrumentalizadas por contratos administrativos desenhados para contemplar a previsão dos elementos essenciais necessários à prestação adequada do serviço e ao estabelecimento de uma relação jurídica estável ao longo do período de sua execução.

Os riscos, de acordo com a literatura técnica, podem ser conceituados como a ocorrência de eventos desfavoráveis, imprevistos ou de difícil previsão, que oneram os encargos contratuais de uma, ou de ambas as partes (IRWIN et. al., 1997; PARTNERSHIPS VICTORIA, 2001). A alocação representa, por sua vez, à repartição objetiva desses riscos entre as partes.

A ocorrência de um evento desfavorável (risco) pode vir a onerar os encargos contratuais de uma ou de ambas as partes, afetando, por conseguinte, a rentabilidade e a eficiência do projeto.

Assim, podemos caracterizar o risco, em síntese, como a ocorrência de um evento desfavorável, imprevisto ou de difícil previsão, que onera demasiadamente os encargos contratuais de uma ou de ambas as partes, afetando a rentabilidade do projeto, no caso da parte privada, e a eficiência na realização dos objetivos, no caso da parte pública¹.

O quadro a seguir, identifica os riscos relevantes da Concessão dos Serviços de Transporte Público de Passageiros do Município de Orlândia, e apresenta a respectiva alocação, ou seja, a clara e objetiva responsabilização de cada parte na hipótese de sua ocorrência.

Matriz	de Risco do Sisto	ema de Transporte P	úblico Colet	ivo de Passa	geiros do Município
		de Orlâ	ndia/SP		
Risco	Tipo de risco	Definição	Alocação	Impacto	Mitigação
Demanda	Erro de projeção	Redução/aumento da demanda projetada nos estudos do Poder Concedente	Público/ Privado	Alto	Realização de estudos embasados em informações atuais e fidedignas. Projeção de demanda baseada em índices confiáveis e conservadores.
	Ambiente Macroeconô- mico	Redução / aumento inesperada da demanda causada pelo desempenho da economia.	Público/ Privado	Alto	Incentivos tarifários e outros para estimular a demanda. Cláusula contratual prevendo Reequilíbrio pelo excesso /redução da demanda.

-

¹ TCU – Fernando Graeff, 2011 – Uma Análise da alocação de riscos nos contratos para a prestação de serviços públicos: o caso do transporte rodoviário interestadual de passageiros por ônibus.



Estado de São Paulo

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - C. P. 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000 CNPJ: 45.351.749/0001-11

Matriz de Risco do Sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros do Município de Orlândia/SP Risco Tipo de risco Definição Alocação Impacto Mitigação Redução de demanda Desvio de permanente por Reequilíbrio/Revisão Público Alto Modal desvio para novo contratual Demanda modal concorrente (modo individual) Redução/aumento da demanda Interferência devido a do Poder Público Baixo Reequilíbrio interferências Concedente diretas do Poder Concedente Redução/aumento Quilometragem da quilometragem rodada Erro de projetada nos Público Baixo Reequilíbrio projeção estudos do Poder Concedente Redução / Variação da aumento **Ambiente** frota inesperado da Público/ Macroeconô-Médio Reequilíbrio frota causada pelo Privado mico aumento / redução da demanda. Implantação pela Greves ou Paralisações dos concessionária de empregados paralisações Greves ou mecanismos que Econômico promovidas pelos Privado Médio visem a plena empregados da continuidade dos concessionária serviços concedidos.



Estado de São Paulo

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - C. P. 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000 CNPJ: 45.351.749/0001-11

C	_	T			
Custos operacionais	Tecnologia	Tecnologia empregada nos serviços da concessão	Privado	Baixo	Implantação pela concessionária de mecanismos de controle
Cus	Responsabili- dade	Responsabilidade civil, administrativa e criminal penal por danos ambientais e a terceiros decorrentes da operação das linhas	Privado	Baixo	Implantação pela concessionária de mecanismos de controle



Estado de São Paulo

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - C. P. 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000 CNPJ: 45.351.749/0001-11

de Orlândia/SP								
Risco	Tipo de risco	Definição	Alocação	Impacto	Mitigação			
	Perecimento	Perecimento, destruição, roubo,	Privado	Baixo	Implantação pela concessionária de			
		furto ou perda de bens da Concessão			mecanismos de controle			
Financeiros	Capital	Aumento do custo de capital	Privado	Médio	Implantação pela concessionária de mecanismos de controle			
	Inflação	Inflação superior ou inferior ao índice utilizado para resjuste da tarifa	Privado	Baixo	Implantação pela concessionária de mecanismos de controle			
Fatos da Administração	Contrato	Alteração unilateral do contrato	Público	Baixo	Reequilíbrio			
	Tributos	Criação, alteração ou extinção de qualquer trubutos ou encargos legais após a apresentação da proposta, exceto IR.	Público	Baixo	Reequilíbrio			

A avaliação das principais atribuições de riscos de projeto elencadas no quadro acima, permitem identificar os riscos inerentes ao contrato de prestação de serviços da Concessão.